

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Globo

[Título: Rio terá verba extra de R\\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer](#) 3

[Título: O novo ciclo do etanol](#) 4

Folha de S. Paulo

[Título: Painel](#) 9

[Título: Alta do petróleo dá R\\$ 4 bi a estados e municípios](#) 9

Valor Econômico

[Título: Contas de luz](#) 16

[Título: Temer perde força e MDB tende a ficar sem candidato a presidente](#) 22

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Rio terá verba extra de R\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer 3

Título: O novo ciclo do etanol 4

Título: Preço do álcool nas usinas de SP cai 17,8% em abril..... 7

Título: Rio terá verba extra de R\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo9

Título: Painel..... 9

Título: Alta do petróleo dá R\$ 4 bi a estados e municípios..... 9

Título: Bancada ainda quer discutir o modelo para Eletrobrás, dizem deputados..... 10

VEÍCULO: Correio Braziliense11

Título: Governo tem gasto bilionário com energia 11

VEÍCULO: Valor Econômico13

Título: ONS vê reservatórios com 30% no fim de novembro	13
Título: Assembleia do Rio vai ao STF contra retirada de áreas de leilão	15
Título: Contas de luz.....	16
Título: Lucro da Petrobras deve crescer 25%, dizem analistas	17
Título: Eletrobrás busca opção para evitar liquidação.....	17
Título: Disputa entre Petrobras e Âmbar afeta abastecimento de Mato Grosso	20
Título: Temer perde força e MDB tende a ficar sem candidato a presidente	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Rio terá verba extra de R\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer**

União vai distribuir R\$ 4,4 bi para estados e municípios em compensações

-BRASÍLIA- Em tempos de baixa popularidade, o presidente Michel Temer fez um afago em governadores e prefeitos e sancionou um projeto de lei que prevê a distribuição de R\$ 4,4 bilhões para estados e municípios a título de compensação financeira, pela União, pela produção de petróleo e gás natural e pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

A maior parte dos recursos, um montante perto de R\$ 2,6 bilhões, vai para o Rio de Janeiro. “Sancionei neste domingo projeto de lei do governo que distribui mais de R\$ 4 bilhões para estados e municípios como resultado das compensações financeiras pela produção de petróleo e gás natural.

Esses recursos irão beneficiar a população brasileira”, disse o presidente, em sua conta no Twitter. A medida deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União. Com a aprovação do projeto em sessão conjunta do Congresso Nacional, na última quarta-feira, foi aberto, no Orçamento da União, um crédito suplementar.

Depois do Rio, os maiores beneficiários serão o Espírito Santo (R\$ 618 milhões) e São Paulo (R\$ 510 milhões). Serão beneficiados ainda, em montantes menores, Alagoas, Bahia, Amazonas, Ceará, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe. — É um ganho para estados e municípios, em consequência do esforço que estamos fazendo para que o setor de óleo e gás contribua de maneira mais forte para melhorar a vida das pessoas — disse ao GLOBO **O Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco.**

Segundo a área econômica do governo, a abertura do crédito suplementar não afetará a meta fiscal para este ano, que prevê déficit de R\$ 159 bilhões. As razões alegadas são o excesso de arrecadação de receitas e o remanejamento de verbas de outras áreas. Os técnicos dizem que a medida também está de acordo com a emenda constitucional que estabeleceu o teto de gastos públicos.

O especialista em contas públicas Raul Velloso apoiou a decisão do governo de não usar o excedente de receitas em impostos para abater o déficit primário: — Não vejo razão para esse dinheiro ser usado para diminuir o déficit no momento em que a economia está desaquecida. Em nota, o governador Luiz Fernando

Pezão diz preferir aguardar informações mais detalhadas para definir a destinação dos recursos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto

Título: O novo ciclo do etanol

Com aporte de R\$ 72 bi em produção, combustível deve retomar competitividade nos postos

-SÃO PAULO- Segundo maior produtor do mundo, o Brasil começa a se preparar para um novo ciclo de investimentos na produção de etanol nos próximos anos. Calcula-se que serão investidos mais de R\$ 72 bilhões até 2030.

Também vão contribuir para esse ciclo de injeção de dinheiro no etanol, o crescimento da frota de carros flex e a nova política de preços da Petrobras, que alinhou os reajustes da gasolina com o mercado internacional. A aposta é que agora o etanol ganhe um impulso mais consistente do que teve no passado. Nas usinas, a produção de álcool já começou a crescer na atual safra.

Até o fim deste ano, pelo menos 60% da cana de açúcar moída serão transformados em etanol, enquanto com os 40% restantes serão produzidos açúcar. Ano passado, a relação foi inversa, de 55% para açúcar e 45% para etanol. Por enquanto, o motivo é conjuntural.

O preço do açúcar está no menor nível histórico no mercado internacional — U\$ 0,11 centavos de dólar por libra (cotação usada nos contratos futuros de Nova York), mas já chegou a U\$ 0,27 por libra. O motivo é um excedente de produção de açúcar no mundo, por conta de países como Índia, Tailândia e Paquistão. Para o consumidor, o efeito pode ser uma redução do preço na bomba.

Alguns analistas acreditam inclusive que — com a alta recente do petróleo e a maior produção de álcool — com a entrada da safra de cana, em maio, o preço do etanol pode voltar a ser competitivo até mesmo em estados onde isso não ocorre há muitos anos, como o Rio de Janeiro.

— Com o crescimento de frota flex, a nova política de preços da Petrobras para a gasolina e o Renovabio, um programa de Estado que estimula o uso de biocombustíveis e traz previsibilidade e transparência ao investidor, já há a expectativa de um novo ciclo de investimentos no etanol — diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), entidade que representa os produtores.

Esse novo ciclo de investimentos deve ganhar fôlego a partir de 2020, quando o Renovabio, programa do governo federal que incentiva o uso de biocombustíveis, estiver totalmente implementado.

RENOVABIO DEVE PUXAR INVESTIMENTOS

O cálculo para se chegar aos R\$ 72 bilhões leva em conta os investimentos que serão feitos no campo e na indústria em renovação e ampliação de canaviais, melhoria da produtividade da cana, reativação de usinas fechadas e abertura de novas unidades de produção, com base em estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Para cada tonelada nova de cana produzida, calcula-se aporte de US\$ 130. Segundo a EPE, a produção de cana no país saltará das atuais 635 milhões de toneladas para ao menos 800 milhões de toneladas até 2030. O número de usinas operando subirá de 360 para 390, enquanto a oferta de etanol passará dos atuais 31 bilhões de litros para 49 bilhões.

A principal aposta para mais investimentos em etanol é o Renovabio. O programa, que teve lobby dos empresários do setor, estimula o uso de biocombustíveis e a redução da emissão de carbono, com metas definidas. Com o programa, o Brasil vai cumprir os compromissos do Acordo de Paris, de redução das emissões de gases de efeito estufa. Sancionado pelo presidente Michel Temer em março, está 60% concluído.

Mas há obstáculos até 2020. — Ainda é preciso definir as metas de redução de emissões de gases poluentes e o papel dos produtores de biocombustíveis nesse processo até 2030 — explica Padua, da Unica. O programa também é alvo de críticas, como o fato de chegar com pelo menos 20 anos de atraso ao país. Enquanto o mundo está avançando em veículos híbridos, elétricos e na Europa já está previsto o fim da produção de motores a combustão, o Brasil ainda está longe dessa realidade.

— Acredito que o Renovabio é importante, mas chega com 20 anos de atraso. É um programa para os próximos 20 anos. Depois, as novas tecnologias de veículos híbridos e elétricos devem ganhar força no Brasil — avalia José Carlos de Lima, especialista em Estrutura de Mercado e Planejamento Estratégico e sócio da consultoria Markestrat. Para o agrônomo e consultor da MB Agro, Alexandre Figliolino, a nova política de preços da Petrobras para a gasolina trouxe transparência e deu competitividade ao etanol.

Enquanto o barril de petróleo estiver acima de US\$ 50 (na última sexta-feira, estava acima de US\$ 70), o etanol tem boas condições de competitividade com a gasolina, diz ele: — A política de congelamento de preços da gasolina no

governo Dilma arrebentou com o etanol. Pelas projeções da EPE, cada vez mais os brasileiros comprarão os chamados carros flex, estimulando o consumo de álcool hidratado.

A venda de veículos leves deve chegar a 5,2 milhões de unidades em 2030, com a recuperação da economia, a melhora do crédito e a retomada do emprego e da renda. Ano passado, as montadoras venderam pouco mais de 2 milhões de veículos. A projeção aponta que 88% da frota de veículos leves que circulando no país em 2030 será do tipo flex. A trading SCA prevê que o consumo de álcool hidratado pode crescer 20% em maio.

Com isso, o combustível poderá se tornar vantajoso até em estados como Bahia e Rio de Janeiro, onde a incidência de tributos é maior. O hidratado costuma ser mais atrativo ao consumidor em regiões com maior produção e menor carga de impostos, como São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais.

— Este ano, a safra será alcooleira já que o preço do etanol está remunerando melhor o produtor — diz Jacyr Costa Filho, o diretor da Região Brasil do Grupo Tereos, cujas sete usinas vão moer cerca de 20 milhões de toneladas este ano, com produção de álcool maior que a de açúcar.

QUEDA DE PREÇO AINDA NÃO CHEGOU AO CONSUMIDOR

Segundo a Unica, a venda de etanol desde o início da safra já subiu quase 30%. Para o consumidor essa maior oferta de álcool ainda não resultou em preço mais baixo, entrave à expansão da demanda. Enquanto o preço do litro caiu R\$ 0,40 ao produtor na região Centro/Sul, na bomba dos postos, o recuo foi de só R\$ 0,08.

Com a entrada da nova safra, o preço ao consumidor deve cair mais rápido: — Pode estar ocorrendo uma recomposição de margens das distribuidoras ou postos. Com a chegada do etanol da nova safra e o aumento da demanda por esse combustível, a velocidade de repasse ao consumidor vai acelerar — diz Padua.

Desde a década de 70, o etanol passa por altos e baixos no país. Primeiro foi o Proálcool, que visava substituir a gasolina pelo álcool, em época de petróleo caro. Mas o petróleo ficou barato e o preço do açúcar subiu, minguando a produção de álcool. No início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, houve novo estímulo ao etanol.

Mas, com a descoberta do pré-sal, o programa não deslanchou. O prejuízo foi grande: as usinas tomaram empréstimos para produzir e ficaram com um papagaio de R\$ 100 bilhões, que até hoje não foi pago, e 30 fecharam. No

governo Dilma Rousseff, a contenção dos preços da gasolina prejudicou o combustível.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do álcool nas usinas de SP cai 17,8% em abril

Os preços do etanol hidratado (que abastece os veículos) acumularam queda em abril nas usinas de São Paulo, segundo o Centro de Pesquisas em Economia Aplicada da Esalq/USP. Na média das semanas cheias do mês, o indicador do combustível recuou 17,8% sobre março, último mês da entressafra.

Após a mudança na política de preços da Petrobras, a gasolina acumula alta de 19,2% em 12 meses, índice acima do registrado pelo etanol no período, de 12,9%. As quedas foram significativas em São Paulo, sobretudo na primeira quinzena de abril, com a pressão vinda da maior oferta. É que muitas usinas do estado precisaram vender o produto rapidamente após o início da moagem, com o objetivo de fazer caixa.

— Observamos um começo de safra avançado para várias unidades do Centro-Sul, do estado de São Paulo mais especificamente — pontua Ivelise Bragato, pesquisadora na área de etanol do Cepea. — Pesou neste cenário a necessidade financeira da indústria em vender o etanol. Seja pelo longo período em que ficaram sem produção, e com menor receita, ou pela necessidade de sanar perdas de começo de safra.

A queda no preço do etanol nas usinas, porém, ainda demora a chegar às bombas dos postos de combustíveis, segundo especialistas. — Considerando outros levantamentos, é necessário cerca de um mês e meio para que o consumidor perceber redução no preço — diz Renata Marconato, analista da MB Agro.

(Gabriel Martins)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Rio terá verba extra de R\$ 2,6 bi de projeto sancionado por Temer

União vai distribuir R\$ 4,4 bi para estados e municípios em compensações

-BRASÍLIA- Em tempos de baixa popularidade, o presidente Michel Temer fez um afago em governadores e prefeitos e sancionou um projeto de lei que prevê a distribuição de R\$ 4,4 bilhões para estados e municípios a título de compensação financeira, pela União, pela produção de petróleo e gás natural e pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

A maior parte dos recursos, um montante perto de R\$ 2,6 bilhões, vai para o Rio de Janeiro. “Sancionei neste domingo projeto de lei do governo que distribui mais de R\$ 4 bilhões para estados e municípios como resultado das compensações financeiras pela produção de petróleo e gás natural.

Esses recursos irão beneficiar a população brasileira”, disse o presidente, em sua conta no Twitter. A medida deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União. Com a aprovação do projeto em sessão conjunta do Congresso Nacional, na última quarta-feira, foi aberto, no Orçamento da União, um crédito suplementar.

Depois do Rio, os maiores beneficiários serão o Espírito Santo (R\$ 618 milhões) e São Paulo (R\$ 510 milhões). Serão beneficiados ainda, em montantes menores, Alagoas, Bahia, Amazonas, Ceará, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe. — É um ganho para estados e municípios, em consequência do esforço que estamos fazendo para que o setor de óleo e gás contribua de maneira mais forte para melhorar a vida das pessoas — disse ao GLOBO o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Segundo a área econômica do governo, a abertura do crédito suplementar não afetará a meta fiscal para este ano, que prevê déficit de R\$ 159 bilhões. As razões alegadas são o excesso de arrecadação de receitas e o remanejamento de verbas de outras áreas. Os técnicos dizem que a medida também está de acordo com a emenda constitucional que estabeleceu o teto de gastos públicos.

O especialista em contas públicas Raul Velloso apoiou a decisão do governo de não usar o excedente de receitas em impostos para abater o déficit primário: — Não vejo razão para esse dinheiro ser usado para diminuir o déficit no momento em que a economia está desaquecida. Em nota, o governador Luiz Fernando Pezão diz preferir aguardar informações mais detalhadas para definir a destinação dos recursos.

(Eliane Oliveira)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Daniela Lima**Título:** Painel

•

Tenha dó A tentativa do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, de aumentar o próprio salário para R\$ 77 mil em meio ao debate sobre a privatização da estatal irritou o presidente da Câmara. “Essa proposta de reajuste é imoral”, criticou Rodrigo Maia.

Grita geral Para Maia, “se há crise no sistema, não faz qualquer sentido aumentar salário”. “Assim eles perdem as condições de propor a privatização. O silêncio do Ministério de Minas e Energia é grave”, concluiu. A pasta é comandada por Moreira Franco (MDB).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Marina Dias**Título:** Alta do petróleo dá R\$ 4 bi a estados e municípios

O presidente Michel Temer sancionou neste domingo (6) projeto de lei que distribui cerca de R\$ 4 bilhões para estados e municípios, que resultam de compensações financeiras pela produção de petróleo e gás natural.

Às vésperas da eleição, Temer tenta ganhar popularidade — hoje tem 70% de rejeição, segundo o Datafolha — e se esforça para costurar acordos e influenciar o jogo eleitoral.

O repasse da verba faz parte dessa estratégia. Em sua conta no Twitter, Temer disse que o dinheiro irá “beneficiar a população brasileira”.

Temer já sinalizou a aliados que deve abrir mão da candidatura, visto que não conseguiu viabilizar a si mesmo nem alternativa a Geraldo Alckmin (PSDB), com quem hesitava em articular aliança.

A partir de agora, porém, numa espécie de abraço dos afogados, ambos devem trabalhar em acordo para evitar isolamento e uma derrota precoce da coalizão governista.

Antes do anúncio, Temer recebeu no Palácio do Jaburu o **Ministro Moreira Franco (Minas E Energia)**, que disse à Folha que a lei dos royalties definirá as áreas de investimento para os recursos distribuídos aos estados e municípios.

O remanejamento de recursos do Orçamento para cobrir o calote da Venezuela e Moçambique também foi sancionado e será feito após cancelamento na previsão de gastos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) com o seguro-desemprego, no mesmo valor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Bancada ainda quer discutir o modelo para Eletrobrás, dizem deputados

Mercado Aberto

Foi o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizer na quarta-feira (2) que pedira aos líderes da base aliada do governo uma estimativa de votos que têm para aprovar a privatização da estatal, para as ações ordinárias (com direito a voto) da estatal subirem 4,46%.

O papel foi o que mais avançou entre os listados no Ibovespa naquele dia, mas no partido de Maia deputados parecem não compartilhar do mesmo otimismo do mercado financeiro.

O sentimento em muitos no DEM é de pouca confiança. Deputados próximos ao governo, por sua vez, reclamam da falta de empenho dos partidários de Maia.

Líder do PRB na Câmara, um dos partidos da base aliada do governo federal, Celso Russomano (SP) afirma que o partido garante 22 votos.

“Dependendo do modelo que for colocado para votação, [se for] vender uma parte, mas não perder a gestão totalmente, vamos votar 100% favoravelmente, não temos nenhum problema com isso.” No PSDB, não há dificuldade em colocar o tema em debate, segundo o líder Nilson Leitão. O PSDB é a favor da reestruturação da Eletrobrás, como fomos da telefonia, diz.

“Só saberemos quantos votos teremos, quando tivermos um texto estruturado. Metade da bancada é hoje favorável à reestruturação da Eletrobrás, do jeito que está aí, - mas há deputados de Minas que têm restrições. Uma outra parte quer debater e ter um texto melhor”, afirma.

“O modelo precisa ser discutido, mas a Eletrobrás não pode ficar nessa situação deplorável, o governo do PT desmontou a Eletrobrás. Quem paga a conta é a população.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Governo tem gasto bilionário com energia

A administração pública federal gastou R\$ 2,4 bilhões com energia em 2017, segundo dados da ONG Contas Abertas. Especialistas afirmam que o volume é altíssimo e retrata como os desperdícios persistem. A título de comparação, o consumo das instituições e dos órgãos públicos foi de 1,224 bilhão de kwh, o suficiente para garantir esse serviço em 637,5 mil residências do país.

O valor pode ser equiparado, por exemplo, a todas as casas e os apartamentos do Distrito Federal, que pagaram, em 2017, R\$ 1,03 bilhão em contas de luz, quando descontados os impostos. Somando os tributos, o montante sobe para R\$ 1,3 bilhão, de acordo com informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As despesas com energia na administração pública são impactadas, principalmente, pelo governo federal, que desembolsou R\$ 2,083 bilhões no ano passado com o serviço, conforme dados do Ministério do Planejamento. Informações do Painel de Custeio do governo mostram que cerca de R\$ 645 milhões do total foram gastos pelo Ministério da Educação, por causa das universidades federais. As entidades são responsáveis por R\$ 445,8 milhões dos custos com energia.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, diz que, apesar do número elevado, a administração pública federal reduziu em 7% os desembolsos com energia entre 2016 e 2017. O Ministério do Planejamento também observou o mesmo movimento no período. A pasta ressalta que o gasto do Executivo caiu R\$ 73 milhões no ano passado.

“O país vive uma grave situação fiscal e não tem como conter as despesas obrigatórias, que consomem a maior parte do orçamento. Então, há necessidade e preocupação em reduzir essas cifras. O governo está investindo

nisso”, destaca Castello Branco. “Mesmo assim, o trabalho precisa continuar. Ainda há muito a se fazer. Os servidores ainda não se dão conta de que a luz, o ar-condicionado e outros aparelhos elétricos todos nós estamos pagando. De interruptor em interruptor, nós ainda gastamos R\$ 2,4 bilhões”, emenda.

Exemplo empresarial

Por isso, Geraldo Biasoto, professor do Instituto de Economia da Unicamp e ex-coordenador de política fiscal do Ministério da Fazenda, ressalta que, quando se trata de energia elétrica, é preciso adotar medidas já implementadas no setor privado. “Esse volume de mais de R\$ 2 bilhões é um escândalo absoluto”, critica. “Enquanto o setor público não tomar a iniciativa de controlar de forma mais efetiva, com estratégias inteligentes e informatizadas, o gasto continuará alto.”

Segundo Biasoto, as empresas fazem, atualmente, contratos “pré-pagos”, em que há um limite de despesas com energia. Dessa forma, os gestores precisam se adequar ao valor e reforçar o combate ao desperdício. “Ou, então, os órgãos e as instituições podem adotar um sistema informatizado em que é possível observar quais são os pontos em que há mais gasto, levando diretamente ao que destoa. Sabendo de onde vem o desperdício, é muito mais fácil de controlá-lo”, explica.

O Painel de Custeio revela haver excessos nas despesas com a conta de luz dos órgãos. Separando o gasto por unidades orçamentárias é possível observar que foram desembolsados R\$ 929,1 milhões apenas para a administração direta, ministérios, institutos federais, autarquias especiais e fundações públicas em 2017.

Exagero

Economista da consultoria 4E, Bruno Lavieri afirma ser difícil apontar onde ocorrem os maiores desperdícios, mas explica que é preciso ter um uso mais eficiente dos recursos. “Quando se trata de R\$ 2,4 bilhões, até assusta. É um número muito elevado, de fato. Claro, existem universidades e várias unidades dos órgãos espalhadas pelo Brasil que dão uma dimensão grande para isso, mas, sem dúvida, é possível fazer melhor uso dessas despesas. Várias medidas de contenção podem ser tomadas”, declara.

De acordo com Castello Branco, os Três Poderes poderiam estudar, por exemplo, a adoção de investimentos em energia solar, que poderiam render economias robustas a médio e longo prazos. “Essa forma de energia evoluiu muito nos últimos anos. Os painéis solares diminuíram de tamanho e de preço, tornando o investimento ainda mais viável. Portanto, a administração pública federal tem condições de estudar formas de redução de gastos. Essa é uma delas”, ressalta.

Já Lavieri avalia que, para esse tipo de investimento, é preciso contar com recursos em caixa, “algo que o governo não tem neste momento”. “Talvez seja mais interessante deixar para os próximos anos, porque as instituições estão com poucos recursos no orçamento”, pondera. “O que eu vejo é que o governo poderia fazer melhor regulação do setor de energia, que foi um dos que mais sofreram com a crise econômica dos últimos anos. A ideia é definir regras mais claras de redução do custo da produção, aliviando as contas”, opina o economista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: ONS vê reservatórios com 30% no fim de novembro

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pretende levar, nesta semana, uma mensagem tranquilizadora às principais autoridades do setor: os reservatórios devem chegar ao fim do período seco em nível mais confortável do que nos últimos anos e haverá menos necessidade de acionamento das usinas térmicas nos meses de estiagem.

A temporada de chuvas terminou oficialmente no dia 30 de abril. No passado recente, era quando os responsáveis pela operação do sistema interligado começavam a fazer contas (e figas) para evitar o esvaziamento das represas. Desta vez, no entanto, a promessa é que vai ser diferente.

De acordo com Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do ONS, as simulações apontam que os reservatórios vão chegar ao fim de novembro com 30% da capacidade máxima no subsistema Sudeste/Centro-Oeste e com 21% no Nordeste. Essas estimativas já consideram um cenário pessimista: chuvas 10% abaixo da média histórica no Sudeste/Centro-Oeste e o pior registro de pluviometria da série, que foi iniciada em 1930, na região Nordeste.

O cenário vai ser apresentado em reunião na quarta-feira, em Brasília, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A situação era mais preocupante no ano passado. Em 30 de novembro, os reservatórios marcavam 18,7% no Sudeste/Centro-Oeste e apenas 5,5% no Nordeste.

Uma das razões para que esse baixo índice de armazenamento não tenha causado restrições foi o reduzido consumo de energia, devido à crise econômica, e ao aumento da geração de fontes renováveis - principalmente eólica.

A expectativa de chegar ao fim de novembro com 30% nos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste é reforçada pela previsão de aumento da oferta de energia das grandes hidrelétricas do Norte. As usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO), finalmente operam a plena carga e Belo Monte, no rio Xingu (PA), tem intensificado a entrada em funcionamento de suas turbinas.

Barata explicou que essas hidrelétricas ajudarão a poupar água nos demais reservatórios até julho. Isso porque o período chuvoso na região amazônica é um pouco mais prolongado e as usinas são do tipo "fio d'água" - sem grandes reservatórios. A estratégia é elevar a geração à capacidade máxima, transferindo toda a energia para outras regiões.

Nas simulações feitas pelo ONS, que embutem um crescimento anual da demanda de 3,6% em média, o risco de déficit no abastecimento de energia é "quase zero" no horizonte de cinco anos. "Não identificamos nada que nos preocupe. Até se o crescimento econômico for maior do que o esperado, não enfrentaremos risco", disse Barata ao **Valor**.

Para o operador, as bacias hidrográficas do Nordeste também devem melhorar. A seca prolongada levou a região a uma situação emergencial. A região ainda vive o maior período contínuo de seca desde 2012. Até por precaução, segundo Barata, ainda é impossível falar em novos aumentos de vazão no rio São Francisco.

No início de maio, a Agência Nacional de Águas (ANA) permitiu o aumento da vazão na hidrelétrica de Sobradinho (BA). O reservatório da usina, operada pela Chesf, pode aumentar o fluxo médio de água de 550 metros cúbicos por segundo para 600 m³/s no mês. A decisão eleva a produção de energia em Sobradinho e nas demais usinas no curso do rio.

O diretor do ONS evita fazer previsões sobre a cor da bandeira tarifária nos próximos meses. Ao entrar oficialmente no período de estiagem em maio, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acionou a bandeira amarela, com adicional de R\$ 1 a cada 100 quilowatts-hora (kWh). Foi, então, interrompida a sequência de quatro meses de bandeira verde - sem custo extra na fatura. "A Aneel passou a usar novas variáveis para definir a cor, entre elas o risco hidrológico [GSF], que torna mais difícil fazer essa previsão", afirma Barata.

O presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, avalia que as bandeiras tarifárias devem variar até o fim do ano entre amarela e vermelha no patamar 1, com adicional de R\$ 3 a cada 100 kWh. "A bandeira acaba sendo um termômetro da real situação, refletindo o baixo nível dos reservatórios e o custo dos despachos térmicos."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Assembleia do Rio vai ao STF contra retirada de áreas de leilão**

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ingressou com ação no Superior Tribunal Federal (STF) contra o Tribunal de Contas da União (TCU) pela retirada de dois blocos da 15ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realiza em 29 de março.

Na véspera do certame, o TCU havia determinado a retirada dos blocos S-M-534 e S-M-645, na Bacia de Santos, os dois mais promissores da licitação, que somavam bônus de assinatura mínimo de R\$ 3,5 bilhões. A justificativa do TCU foi que os dois blocos têm potencial de se conectarem à área de Saturno, localizada dentro do polígono do pré-sal.

Pela decisão do TCU, os dois blocos deveriam ser licitados em leilão sob o regime de partilha da produção, o chamado "Leilão do Pré-sal". Com isso, a ANP indicou os dois blocos mais as áreas de Saturno, Tartaruga Verde e Pau Brasil para ofertar no 5º Leilão do Pré-sal, previsto para setembro.

No mandado de segurança número 35.677 protocolado na quarta-feira, juntamente com o município de Araruama (RJ), a Alerj pede a impugnação da decisão do TCU de alterar entendimento da ANP sobre quais áreas petrolíferas devem ser exploradas sob regime de concessão e quais sob regime de partilha. O relator do caso é o ministro Ricardo Lewandowski.

Pelo regime de partilha, parte do óleo lucro extraído dos campos é destinada à União. Mas, se o STF acatar o pleito da Alerj, os dois blocos podem ser ofertados novamente em leilão sob o regime de concessão, em que estados e municípios têm arrecadação maior do que no modelo de partilha, principalmente devido ao pagamento de participações especiais.

"Queremos que [o assunto] seja levada em consideração a ANP, porque a ANP é a área técnica", afirmou o presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT). "No modelo de concessão, os estados e municípios ganham. No modelo de partilha, o óleo é do governo federal. A médio e longo prazo é uma perda grande", completou.

Além do mandado de segurança, a Alerj entrou com outras duas ações no STF na última semana. A primeira é um pedido da Casa de ingressar na Ação Cível Originária número 2.865, movida pelo governo do Rio de Janeiro em 2016, na qual discute a fórmula de cálculo do preço do barril de petróleo sob o qual

incidem os royalties. Segundo Ceciliano, da forma como o cálculo é feito hoje, o Estado do Rio de Janeiro perderá R\$ 1,5 bilhão de arrecadação de royalties em 2018. O relator é o ministro Luiz Fux.

O outro processo é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) número 35.677, em que a Alerj solicita a incidência de royalties sobre o bônus de assinatura pago pelas petroleiras nas licitações da ANP sob regime de concessão. Hoje, os bônus são arrecadados exclusivamente pela União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Contas de luz

O Ministério de Minas e Energia receberá até dia 23 contribuições do setor elétrico sobre alternativas de redução dos valores de subsídios repassados às contas de luz. A consulta pública, aberta sexta-feira, trata das despesas reunidas na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O ministério reconhece que as mudanças pretendidas dificilmente produzirão resultados em 2018, "já que os subsídios foram instituídos em lei ou decreto". As informações preliminares da consulta vieram de relatório do grupo de trabalho criado para elaborar o "plano de redução estrutural das despesas" da CDE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Liberção de recursos O presidente Michel Temer sancionou projeto de lei que distribui R\$ 4,39 bilhões a municípios, Estados e Distrito Federal como compensação financeira pela produção de petróleo e gás natural. Outros R\$ 74,70 milhões serão transferidos para compensar a exploração de recursos minerais e R\$ 6,72 milhões, pelo uso de recursos minerais e R\$ 6,72 milhões, pelo uso de recursos hídricos. O texto, de autoria do governo, foi aprovado no dia 25 de abril pelo Congresso Nacional. Os R\$ 4,49 bilhões que serão liberados resultam do excedente na projeção de arrecadação de royalties. O PLN 3/2018 determina também transferência de R\$ 14,70 milhões do Imposto Territorial Rural e R\$ 3,67 milhões do Fundeb.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por André Ramalho, Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo****Título: Lucro da Petrobras deve crescer 25%, dizem analistas**

A Petrobras deve divulgar amanhã lucro líquido da ordem de R\$ 4,45 bilhões, referente ao primeiro trimestre - salto de 25% em relação a igual período do ano passado, segundo a média das projeções de cinco casas de análise consultadas pelo **Valor**. A grande expectativa é que, após três anos, a estatal volte a pagar dividendos.

A empresa aprovou em abril, em assembleia de acionistas, a possibilidade de distribuir dividendos trimestrais. Em março, quando foi divulgado prejuízo de R\$ 446 milhões contabilizado em 2017, seu presidente, Pedro Parente, havia dito que a tendência de pagar dividendos no primeiro trimestre era "altíssima". A última vez que a Petrobras pagou dividendos, no valor de R\$ 8,7 bilhões, foi em 2014, relativo ao exercício de 2013.

Para o Credit Suisse, o resultado no primeiro trimestre será positivamente impactado pela entrada no caixa de recursos oriundos de venda de ativos. O destaque, no período, foi a conclusão da venda de 35% do campo de Lapa e de 22,5% da concessão de Iara, no pré-sal da bacia de Santos, para a francesa Total, por US\$ 1,95 bilhão.

O Santander diz que os resultados devem refletir positivamente o aumento nos preços do petróleo no início do ano. A média das projeções aponta para aumento de 9,7% na receita líquida no primeiro trimestre, na comparação anual, para R\$ 75,04 bilhões, ainda que a Petrobras tenha reportado queda na produção de petróleo.

O Itaú BBA lembra que houve aumento nos preços de gasolina e diesel no trimestre. A estatal deve mostrar recuperação no mercado doméstico de combustíveis, principalmente com importações, já que as taxas de utilização da capacidade instalada das refinarias locais continuaram estáveis em 77%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Eletrobrás busca opção para evitar liquidação**

A Eletrobrás pode adiar o prazo de 31 de julho estabelecido pelos seus acionistas para a venda de suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste. A estatal ainda trabalha com a previsão de leiloar as empresas em junho, mas, segundo o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Jr., o adiamento é uma possibilidade caso o leilão das distribuidoras não ocorra no prazo determinado. Isso porque, sem a venda das empresas e sem o adiamento, a alternativa restante seria liquidar as distribuidoras, em um processo no qual não há ideia clara dos impactos para a estatal e a União, mas cujos custos de liquidação podem somar R\$ 21,5 bilhões, segundo estimativas incluídas no relatório 20-F da estatal, entregue na última semana à Securities and Exchange Commission (SEC).

"Assim como prorrogou de 31 de dezembro [de 2017] a 31 de julho [de 2018], podemos adiar um pouco mais", disse Ferreira Jr em entrevista exclusiva ao **Valor**, lembrando que os acionistas da Eletrobrás já adiaram uma vez o prazo para a privatização das distribuidoras, em assembleia realizada no fim do ano passado. Ele ressaltou também que a decisão de vender as distribuidoras foi tomada pelo conselho de administração da Eletrobrás ainda sob a gestão de Dilma Rousseff.

Com a conclusão na última semana da negociação com a Petrobras para a dívida de R\$ 17 bilhões relativa à compra de combustível para geração de energia no Norte, que emperrava a desverticalização da Amazonas Energia e consequentemente a privatização da companhia, a única pendência restante para o lançamento do edital de venda das distribuidoras da Eletrobrás é a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo.

"O que temos agora é essa pendência da apreciação do TCU. Não tivemos acesso ainda ao material [do tribunal], mas imagino que em breve estejamos interagindo com eles [TCU] para explicar as razões da modelagem [de venda das distribuidoras], que nem cabe muito a gente", disse o executivo, lembrando que a modelagem foi aprovada em resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (CPPI) e estará a cargo do BNDES.

Em meados de abril, José Múcio, ministro do TCU, afirmou que o parecer do órgão sobre a venda das distribuidoras deve levar um mês para ficar pronto.

"Entendemos que o TCU tem contribuições a fazer no processo. Reconhecemos isso e vamos aguardar primeiro [antes de lançar o edital]", disse o presidente da Eletrobrás, sinalizando que respeita o tempo que for necessário ao órgão para analisar o assunto. "É a preocupação que nós temos de não publicar o edital sem ter tudo esclarecido. É bom para todo mundo", afirmou Ferreira Jr., destacando a importância de eliminar riscos jurídicos ao processo.

Considerando a estimativa dada por Múcio, o presidente da Eletrobrás trabalha com a previsão de ter o edital do leilão de privatização das distribuidoras publicado ainda em maio. Com isso, a licitação poderá ocorrer em junho, na B3. De qualquer forma, a companhia terá mais um mês disponível para a privatização das distribuidoras, sem vencer o prazo dado pelos acionistas de 31 de julho.

Questionado sobre o fato de a Cigás, distribuidora de gás canalizado do Amazonas, não ter aprovado os termos da negociação da dívida da Eletrobrás com a Petrobras, conforme informado na última semana pelo **Valor**, o executivo disse reconhecer a importância de ter a companhia alinhada no processo. "Ela [Cigás] de fato foi envolvida no fim [das negociações]. A negociação mais complexa era entre Eletrobrás e Petrobras, mas não só a Eletrobrás, como a Petrobras, reconhecem a necessidade de tê-los [Cigás] na mesma página. Isso vai ser feito agora", disse ele.

Com relação ao acordo para o encerramento da ação coletiva ("class action") movida por investidores contra a Eletrobrás na Justiça de Nova York, assinado na última semana, a medida, segundo Ferreira Jr., vai melhorar a precificação da companhia no processo de privatização da holding.

"Não seria bom para a companhia ir para um processo de privatização com uma dúvida sobre este tema. [A class action] precificaria mal esse tema", afirmou ele.

Pelo acordo, a Eletrobrás pagará US\$ 14,75 milhões. Em comunicado, a estatal destacou que o acordo não representa reconhecimento de ato ilegal ou culpa, e que continua a negar as alegações e acusações feitas na ação. "Devido aos riscos de um julgamento por um júri e as particularidades processuais e das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, a Eletrobrás acredita que esse acordo é no melhor interesse da companhia e de seus acionistas", informou a empresa, no documento.

Ferreira Jr. evitou falar em prazos, mas disse acreditar que a corte americana não terá problemas em analisar os termos do acordo em tempo compatível com que a companhia e o governo brasileiro planejam privatizar o controle da holding elétrica.

Trabalhando com a possibilidade de o Congresso aprovar entre maio e junho o projeto de lei de privatização da Eletrobrás, Ferreira Jr. mantém a previsão de realizar em novembro a operação de capitalização da empresa, na qual a União será diluída e o controle pulverizado.

Questionado se sua permanência no cargo estaria condicionada à privatização da holding, Ferreira Jr. negou, dizendo que ele tem mandato até 30 de abril de

2019. "Estou aqui para fazer o melhor, embora reconheça que o tema da nossa capitalização [privatização], para que possamos executar a descotização, é um tema que robustece fortemente a Eletrobrás."

Com a entrega do 20-F, a negociação com a Petrobras e o acordo da class action, Ferreira Jr. disse restar apenas uma fraqueza material para a companhia, relacionada à área contábil e que deve ser eliminada quando for concluída a implantação do sistema SAP em todas as empresas do grupo. **(Colaboraram Camila Maia e Marcelle Gutierrez, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Disputa entre Petrobras e Âmba afeta abastecimento de Mato Grosso

Indústrias e consumidores de gás natural veicular (GNV) do Mato Grosso temem que uma nova crise de desabastecimento de gás se instale no Estado. Sem perspectivas de chegar a um acordo com a Petrobras para retomar a operação da termelétrica de Cuiabá (MT), a Âmba Energia, empresa do grupo J&F que opera a usina, quer interromper a operação do gasoduto GasOcidente, que conecta a capital mato-grossense à Bolívia.

Em abril, a companhia anunciou a interrupção e o mercado local, composto por seis indústrias e cerca de mil veículos a GNV, teve a única fonte de suprimento de gás cortada por cerca de duas semanas. O abastecimento foi restabelecido só depois que a distribuidora de gás canalizado MTGás e a Procuradoria Geral do estado (PGE) obtiveram na Justiça Estadual uma liminar obrigando a Âmba a retomar a operação do gasoduto.

Em meio ao problema, o governador do Mato Grosso, Pedro Taques (PSDB), o presidente da MTGás, Emanuel Figueiredo, e o presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT), Jandir Milan, solicitaram ao presidente da Petrobras, Pedro Parente, uma reunião, nesta semana, para discutir o assunto.

A usina de 480 megawatts de Cuiabá está sem contrato de gás desde junho, quando a Petrobras rompeu o fornecimento para a termelétrica, alegando violação da cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção.

De acordo com o conteúdo da delação premiada de Joesley Batista, um dos controladores da J&F, a holding pediu a interferência do então deputado Rodrigo Rocha Loures para interferir numa disputa comercial entre a Petrobras e Âmba que se arrastava desde 2015 em torno da negociação de um contrato

de suprimento de longo prazo para a usina. Em troca, Joesley teria oferecido 5% do lucro obtido com a geração de energia ao presidente Michel Temer.

Procurada, a estatal informou que obteve decisões favoráveis à sua conduta tanto na Justiça quanto no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e que o estabelecimento de qualquer contrato por parte da Petrobras só pode ser realizado caso não contenha nenhum impedimento jurídico.

Sem a operação da termelétrica, a Âmbar não vê viabilidade econômica para manter as operações do gasoduto, já que o mercado não térmico do Mato Grosso é pequeno e não chega a 5 mil metros cúbicos diários, ante o consumo de 2,2 milhões de m³ /dia da usina.

Como plano de fundo, há uma disputa comercial entre Petrobras e Âmbar sobre preços. A decisão da empresa do grupo J&F de interromper a operação do gasoduto se deu depois que a superintendência do Cade resolveu arquivar uma ação movida pela empresa contra a Petrobras, por suposta conduta anticoncorrencial no fornecimento de gás à térmica de Cuiabá.

A Âmbar acusa a estatal de cobrar preços excessivos. A empresa defende preços bolivianos para o gás, enquanto a Petrobras cobra as condições de mercado espelhadas dos contratos mais recentes da companhia - descolados dos custos do gás boliviano e, portanto, mais caros. A Âmbar está recorrendo no tribunal do Cade.

"Como a Petrobras alega impeditivos de compliance, para fechar um novo acordo, o que pedimos à Petrobras é que ela feche contrato de suprimento à MTGás e nós faríamos a distribuição à térmica de Cuiabá. Ainda acredito no diálogo com a Petrobras, mas se não avançar, sem dúvida temos a intenção de recorrer ao Cade", diz Figueiredo, da MTGás, que também não descarta assumir os custos da Âmbar com a operação do gasoduto.

O executivo diz que, dependente da usina de Cuiabá que ao longo da última década passou por uma série de interrupções, o mercado de gás do Mato Grosso nunca conseguiu se desenvolver. Segundo ele, 40 empresas já manifestaram interesse em adotar o gás em Cuiabá e Várzea Grande, mas nunca tiveram a garantia do insumo.

Isolado da malha interligada de gasodutos, o mercado mato-grossense enfrentou outras crises de desabastecimento de gás ao longo das últimas décadas. A mais crítica foi em 2006, quando a Bolívia anunciou a nacionalização do setor de óleo e gás e interrompeu o fornecimento do combustível para a usina de Cuiabá. Ela ficou quatro anos sem operar e perdeu o contrato de longo prazo com Furnas. O impasse só se resolveu em 2011, quando a Petrobras

decidiu arrendar a térmica junto à Ashmore, que operava a usina. Procurada, a Âmbar preferiu não comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raymundo Costa | De Brasília

Título: Temer perde força e MDB tende a ficar sem candidato a presidente

A candidatura do presidente Michel Temer perdeu terreno dentro de casa, o MDB, e abriu espaço para outras alternativas para o partido na eleição presidencial deste ano. Atualmente, a hipótese mais provável é que o MDB fique sem candidatura própria, a exemplo do que aconteceu em 2006, e libere as seções regionais do partido para fazer as alianças mais convenientes em cada estado, mas não está fora de cogitação - embora difícil - a hipótese de apoio ao candidato de um outro partido.

A candidatura à reeleição de Temer nunca foi unanimidade no Palácio do Planalto, mas arrefeceu o otimismo de alguns auxiliares mais próximos com a possibilidade de o presidente reverter sua situação nas pesquisas. O governo, também, está hoje mais fraco que ontem, o que tem sido uma tendência, o Congresso paralisado enquanto Temer vê a Polícia Federal bisbilhotar a intimidade de sua família e dos amigos. A terceira denúncia é uma ameaça permanente sobre a cabeça do presidente da República.

Hoje a candidatura de Temer teria um único objetivo: dar ao presidente o tempo de rádio e televisão do MDB nas eleições para que ele possa se defender em horário nobre, sem as limitações das notas oficiais emitidas pelo Palácio do Planalto. Não é a situação ideal para o MDB, um partido cuja força reside no poder estadual, mas auxiliares de Temer ainda acreditam que o partido não negará seu tempo na televisão para o presidente se defender das denúncias contra ele do Ministério Público.

A fragilidade do presidente permitiu a volta à cena de seus adversários no MDB. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), por exemplo, afirma que a necessidade de preservar o MDB "não se conjuga" com a candidatura de Temer ou mesmo a Henrique Meirelles, o ex-ministro da Fazenda que se filiou ao partido com o objetivo de se candidatar ao Palácio do Planalto. Calheiros defende a solução de 2006, quando o então PMDB recusou se associar ao PSDB, cujo candidato era Geraldo Alckmin, na eleição presidencial.

À época, o PMDB, comandado pelo mesmo grupo hoje na Presidência, patrocinou uma prévia que elegeu o ex-governador Anthony Garotinho. A convenção partidária derrubou as candidaturas do ex-governador do Rio e

deixou o partido "solto" nas eleições. Tudo o que queria o presidente em busca da reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva. No momento, Lula está preso em Curitiba (PR), mas ainda mantém influência sobre o partido, especialmente no MDB nordestino. Calheiros, por exemplo, acredita que Lula vai disputar a eleição "sub judice". E mesmo preso Lula é visto como um líder capaz de transferir votos e eleger candidatos.

Mais difícil é uma coligação com o PSDB de Geraldo Alckmin, a exemplo do que aconteceu em 2006. Temer e seus principais conselheiros como o **ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** são contrários a uma aliança presidencial com os tucanos, mas há mais que isso: PSDB e MDB travam uma guerra de morte em uma dezena de estados, o que dificulta ainda mais a articulação de uma aliança nacional, seja com Alckmin, Lula ou para a candidatura cambaleante de Michel Temer.

Em São Paulo, Temer não deve mover uma palha para retirar a candidatura de Paulo Skaf ao governo estadual. Ele viajou no sábado a Jaguariúna, cidade próxima a Campinas, para participar, ao lado do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, de mais um lançamento da candidatura de Skaf.

O que está em jogo, para o MDB, é a sobrevivência partidária. Na janela para a troca de siglas o partido perdeu 15 deputados e sete senadores - foi a sigla mais atingida. No Senado, onde tem sido francamente majoritário, nas últimas legislaturas, só quatro dos atuais senadores ainda têm mais quatro anos para cumprir de mandato. A expectativa era eleger nove senadores, cálculo revisto pelo partido para sete. Outro fator que causa inquietação é que o financiamento de uma candidatura presidencial deve drenar a maior parte dos recursos do fundo eleitoral. Temer é o senhor da partilha dos recursos.

É nesse contexto que perde força a candidatura de Michel Temer, um presidente cuja aprovação não sai da casa de um dígito das pesquisas - ou seja, um peso morto que político nenhum gosta de carregar em eleições. **(colaborou César Felício, de São Paulo)**

MME / ASCOM .